

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p50-61



CONTO “A CAOLHA”: FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DO LITERÁRIO AO LITERAL

SHORT STORY “A CAOLHA”: FORMS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN, FROM THE LITERARY TO THE LITERAL

CUENTO “A CAOLHA”: FORMAS DE VIOLENCIA CONTRA LA MUJER, DE LO LITERARIO A LO LITERAL

Rosilene Aparecida Froes Santos¹

Marcio Jean Fialho de Sousa²

Rosana Froes Santos³

RESUMO

As produções literárias possibilitam a elucidação de temáticas que carecem de atenção, dentre esses temas destaca-se a violência contra a mulher. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é refletir acerca das formas de violência contra a mulher presentes no conto “A caolha” (2001). O conto será analisado sob a luz da **Lei nº 11.340/2006**, documento esse que institui estratégias para coibir a violência contra a mulher no contexto nacional. A elucidação de formas de violência no contexto literário, no conto “A caolha” (2001), propicia ao leitor refletir acerca da violência no território literal.

PALAVRAS-CHAVE

“A Caolha”. Violência Doméstica e Familiar. Formas de Violência.

ABSTRACT

Literary productions allow the elucidation of themes that need attention, these themes stand out violence against women. In this sense, the objective of this study is to reflect on the forms of violence against women present in the short story “A caolha” (2001). The story will be analyzed in the light of Law 11.340 / 2006, a document that institutes implementation to curb violence against a woman in the national context. The elucidation of forms of violence in the literary context, in the short story “A caolha” (2001), allowed the reader to reflect about violence in the literal territory.

KEYWORDS

“A caolha”. Domestic and Family Violence. Forms of Violence.

RESUMEN

Las producciones literarias permiten dilucidar temas que necesitan atención, entre estos temas, se destaca la violencia contra la mujer. En ese sentido, el objetivo de este estudio es reflexionar sobre las formas de violencia contra la mujer presentes en el cuento “A caolha” (2001). El relato será analizado a la luz de la Ley N° 11.340/2006, documento que instituye estrategias para frenar la violencia contra las mujeres en el contexto nacional. La elucidación de las formas de violencia en el contexto literario, en el cuento “A caolha” (2001), permite al lector reflexionar sobre la violencia en el territorio literal.

PALABRAS CLAVE

“A caolha”. Violencia doméstica y familiar. Formas de violencia.

1 INTRODUÇÃO

Os enredos, que compõem o território literário, são arraigados de representatividade acerca de aspectos da realidade, o que leva o leitor a reflexões sobre a vida real, possibilitando, assim, novas percepções e atitudes frente a fatos que se tornam atemporais. Nesse sentido, o presente trabalho discorre sobre a representação da violência contra a mulher no conto “A caolha”, publicado por Júlia Lopes de Almeida, em 1903, autora essa que tem como foco de suas escritas, dentre outras questões sociais, a mulher.

Nesse percurso, o conto aqui analisado traz em seu enredo a vivência de uma mulher que se torna deficiente devido a uma agressão física e passa a sofrer outras formas de violência, sob a ótica da, também conhecida “Lei Maria da Penha”, **Lei Nº 11.340 / 2006**. Assim, este artigo tem como objetivo principal elucidar as formas de violência contra a mulher, representadas no conto “A caolha”, a luz da **Lei Nº 11.340 / 2006**, que dispõe sobre as formas de violência contra a mulher e estabelece mecanismos para coibir tais atos.

Assim, o presente artigo abre espaço de discussão acerca da violência contra a mulher, bem como suas distintas formas de manifestação, mostrando que essa temática é passível de discussão no contexto além texto literário, de forma desvincilhada de tempo e espaço.

2 “A CAOLHA”: REPRESENTAÇÃO DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA PREVISTAS NA “LEI MARIA DA PENHA”

A literatura, nas suas diversas formas de manifestação, tem um papel de extrema relevância no contexto social, por propiciar, além da fruição e da reflexão, a prática da empatia, exercício esse necessário para a compreensão das especificidades que compõem os indivíduos e as culturas, bem como o convívio harmonioso entre esses. Nesse sentido, “A literatura é o ruído da cultura assim como sua informação” (CULLER, 1999, p. 47), o que a possibilita evidenciar as particularidades do outro e incitar reflexões acerca de diversas temáticas que permeiam a sociedade, ainda segundo Jonathan Culler (1999, p. 44),

A literatura faz isso – afirma o argumento –, encorajando a consideração de complexidades sem uma corrida ao julgamento, envolvendo a mente em questões éticas, induzindo os leitores a examinar a conduta (inclusive a sua própria) como o faria um forasteiro ou um leitor de romances. Promove o caráter de interessado, ensina a sensibilidade e as discriminações sutis, produz identificações com homens e mulheres de outras condições [...].

Nesse sentido, dentre a infinidade de textos literários que incitam o leitor a repensar as práticas discriminatórias e violentas que permeiam a sociedade, merece destaque a autoficção intitulada *Sobre a brevíssima... posso contar*, da autora, militante da causa feminina, conhecida como Maria da Penha, na qual ela expõe a sua vida, tendo como fio condutor, a violência contra a mulher.

Conhecia também uma violência praticada de forma quase invisível, que é o preconceito contra as mulheres, desrespeito que abre caminho para atos mais severos e graves contra nós. Apesar de nossas conquistas, mesmo não tendo as melhores oportunidades, ainda costumam dizer que somos inferiores, e isso continua a transparecer em comentários públicos, piadas, letras de músicas, filmes ou peças de publicidade. Dizem que somos más motoristas, que gostamos de ser agredidas, que devemos nos restringir à cozinha, à cama ou às sombras. (FERNANDES, 2012, p. 25).

O fragmento acima, retirado da obra *Sobrevivi... posso contar* (2012), com primeira edição em 1994, publicada por Maria da Penha Maia Fernandes, propicia ao leitor a percepção da ideia principal do livro que é a denúncia da violência contra a mulher. O enredo, construído a partir das memórias de Maria da Penha, evidencia as diversas formas de violência sofrida pela narradora-personagem no decorrer de sua vida. A história é construída por meio do gênero autoficcional que, segundo Leyla Perrone-Moisés, tem como principal assunto “[...] o próprio autor, suas experiências, pensamentos e sentimentos” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 204), assim, Maria da Penha Maia Fernandes lança mão da literatura para trazer à tona as suas vivências, que foram fortemente marcadas pela violência, praticada pelo seu próprio companheiro. Com essa escrita, a autora nos remete ao cuidado de si e do outro, uma vez que

[...] o “cuidado de si”, tal como postulado pelos filósofos gregos e retomado por Foucault, não se restringe ao “pequeno eu”; cuidar de si é o é o primeiro passo para servir à *polis*, é também cuidar dos outros. Falar de si mesmo por escrito é comunicar-se com um leitor virtual, o qual, por sua vez, pode buscar, na individualidade do escritor, as semelhanças com ele mesmo e as respostas que lhe faltam em sua existência individual. Portanto, a autoficção não é necessariamente egoísta e descartável. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 206).

Ao falar sobre si, por meio da escrita de suas experiências, Maria da Penha não intenciona somente se dar a conhecer, muito além disso, ela intenciona que seus relatos reverberem no contexto social, com vistas a instigar pensamentos e ações que coíbam qualquer forma de violência contra a mulher.

Nesse sentido, na contemporaneidade, pode ser observada a ampliação das discussões acerca da violência contra a mulher em diversos contextos, dentre eles o literário. Contudo, retomando o contexto literário brasileiro, no final do século XIX e início do século XX, merece destaque a autora Júlia Lopes de Almeida e suas publicações, nas quais se pode encontrar discussões a respeito da mulher e a violência por ela sofrida naquele período.

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) atingiu a virada do século XIX para o século XX unanimemente considerada a mais importante mulher-escritora do Brasil, chegando a ser apontada como a maior romancista da geração de escritores que sucedeu a Machado de Assis e precedeu a eclosão do movimento modernista. (DE LUCA, 2015, p. 277).

A autora destacou-se na literatura a partir da escrita de romances, novelas, teatros e contos, além de sua importante atuação como uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (1897), suas obras tinham como foco as questões sociais, merecendo ênfase a mulher e suas relações na sociedade.

Dentre os contos, publicados por Júlia Lopes de Almeida, que trazem à tona questões relacionadas à mulher e sua representação na sociedade, evidencia-se o conto intitulado “A caolha”, que compõe o *corpus* de análise deste trabalho. “A caolha”, publicado em 1903, foi inserido na obra intitulada *Os cem melhores contos brasileiros do século*, organizada por Ítalo Moriconi, com publicação em 2001, o seu enredo traz a história de uma mulher e sua relação com seu filho, o que nos remete a ideia de Julio Cortázar acerca da teoria do conto, onde esse “[...] realiza-se justo nesta sua capacidade de abertura para uma realidade que está para além dele, para além da simples estória que conta” (CORTAZAR apud GOTLIB, 2006, p. 49), ou seja, o conto, assim como qualquer objeto literário, não tem fim em si mesmo, mas sim no que pode suscitar.

No conto “A caolha”, a protagonista é uma senhora de aparência medonha e repulsiva, não somente pelo aspecto horrendo, mas, sobretudo pela ausência do olho esquerdo e pela excreção contínua de pus por uma fístula nessa região; morava com seu filho Antonico em uma casa pequena, quando criança ele demonstrava carinho e afeto pela sua mãe, porém conforme foi crescendo começou a manifestar aversão à fisionomia da sua genitora, deixando até de comer a comida por ela feita. O seu filho era a sua vida, com um beijo ele lhe extinguiu todas as angústias da existência “Daquele filho vinha-lhe todo o bem e todo o mal” (ALMEIDA, 2001, p. 50), porém, os beijos e as carícias foram diminuindo conforme o filho crescia, o que causava sofrimento em ambos.

Na escola e no trabalho, Antonico sofria com brincadeiras desrespeitosas por ser o filho “A caolha” e isso o envergonhava, o que o levou a afastar-se ainda mais da sua mãe. Passados alguns anos, Antonico se apaixonou e, para preservar o seu relacionamento amoroso, decide se afastar da mãe e se revolta, colocando nela a culpa de toda a sua desgraça, “Lamentava-se por ter nascido de mulher tão feia, e resolveu procurar meio de separar-se dela; considerar-se-ia humilhado continuando sob o mesmo teto; havia de protegê-la de longe, vindo de vez em quando vê-la à noite, furtivamente...” (ALMEIDA, 2001, p. 52).

Diante da discórdia entre mãe e filho, Antonico procura a madrinha, a única amiga da caolha, para intervir na relação, com isso há o desfecho do enredo com a revelação “Ah, não tiveste culpa! eras muito pequeno quando, um dia, ao almoço, levantaste na mãozinha um garfo; ela estava distraída, e antes que eu pudesse evitar a catástrofe, tu enterraste-lho pelo olho esquerdo!” (ALMEIDA, 2001, p. 54). Com essa fala, a contragosto da caolha, Antonico desmaia e a mãe se justifica por nunca ter dito a verdade, assim o conto é finalizado.

O conto evidencia o enredo construído acerca da personagem alcunhada de caolha, que, acidentalmente, teve um garfo enterrado no seu olho esquerdo pelo seu filho quando criança, o que culminou na extração do olho e na constante “fístula porejante”, tornando-se uma pessoa deficiente, “Era essa pinta amarela sobre o fundo denegrido da olheira, era essa destilação incessante de pus que a tornava repulsiva aos olhos de toda a gente” (ALMEIDA, 2001, p. 49). Apesar de não evidenciar a personagem antes do acidente, pode-se depreender que o desastre, que deu a ela uma aparência diferente dos padrões estabelecidos pela sociedade, foi um divisor de águas na sua vida, a partir de então ela passou a sofrer diversas formas de violência no contexto familiar e social.

Diante disso, passaremos agora a refletir acerca de tais violências, sob a ótica da **Lei nº 11.340, publicada em 7 de Agosto de 2006**, conhecida como “Lei Maria da Penha”,

O motivo que levou a lei a ser “batizada” com esse nome, pelo qual, irreversivelmente, pas-

sou a ser conhecida, remonta ao ano de 1983. No dia 29 de maio desse ano, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, enquanto dormia, foi atingida por tiro de espingarda desferido por seu então marido, o economista M. A. H. V., colombiano de origem e naturalizado brasileiro. Em razão desse tiro, que atingiu a vítima em sua coluna, destruindo a terceira e a quarta vértebras, suportou lesões que a deixou paraplégica. (CUNHA; PINTO, 2020, p. 2).

Diante desse marco na história de Maria da Penha Maia Fernandes, como também na história das mulheres no contexto brasileiro, fez-se necessário a adoção de medidas contundentes com vistas a frear atitudes violentas dessa e de outras naturezas, por meio de documentos legais, dentre esses a “Lei Maria da Penha” que, de acordo com o Art. 1º,

[...] cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006, p.1).

Esse documento, criado a partir da necessidade de coibir ações violentas contra mulheres, levanta a necessidade de reflexões acerca das formas de violência existentes no contexto familiar e doméstico que se fazem presentes na história, sendo representadas em diversas obras literárias. Segundo Antonio Candido, “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2004, p. 175), nessa perspectiva, tendo em vista a função social da literatura, podemos refletir sobre a violência contra a mulher no decorrer da história, por meio de registros literários que trazem à tona personagens femininas que sofreram violência, assim, tais enredos servem como registro histórico, que impulsionam reflexões contemporâneas.

De acordo como o Art. 5º, “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, p.1), com isso, é perceptível que a personagem, caolha, é violentada sob diversas formas, dentre as quais se destaca a violência psicológica, dano moral e patrimonial, quer seja no território doméstico ou familiar, que se definem, respectivamente, como:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa (BRASIL, 2006, p.1)

Nesse contexto, ao deparar-se com situações nas quais a personagem tem seus direitos cerceados, é impedida de viver plenamente e de forma autônoma e, como consequência, sua ascensão pessoal e social é podada. Pensando nas diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340, de 2006, estabelece a violência física, psicológica, sexual, violência patrimonial e moral.

A violência física é “[...] entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006, p.2), e como exemplos, de acordo com o *sítio* Instituto Maria da Penha, pode-se citar: espancamento, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, estrangulamento ou sufocamento, lesões com objetos cortantes ou perfurantes, ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo, tortura, ou seja, essa forma de violência caracteriza-se, principalmente, pela dor física e, na maioria das vezes, é visível ao outro.

No conto “A caolha”, a personagem principal sofre esse tipo de violência, conforme é relatado no desfecho do enredo: “[...] um dia, ao almoço, levantaste na mãozinha um garfo; ela estava distraída, e antes que eu pudesse evitar a catástrofe, tu enterraste-lho pelo olho esquerdo! Ainda tenho no ouvido o grito de dor que ela deu!” (ALMEIDA, 2001, p. 54), é perceptível que não houve a intenção por parte do agressor, contudo a caolha, além de sofrer essa violência física, passou a sofrer outras formas de violência, em decorrência desse acontecimento, quer seja do próprio filho como da sociedade.

Outra forma de violência, que por ser invisível fisicamente, torna-se uma das mais praticadas contra a mulher, é a violência psicológica, que de acordo com o Art. 7º, da “Lei Maria da Penha”, é

[...] entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, p.2).

Ao fazer uma aproximação desse conceito ao conto “A caolha”, é possível destacar trechos representativos dessa violência, vividos pela personagem alcunhada de caolha. A violência psicológica praticada por meio do isolamento social é evidenciada quando a pretendente de Antonico se nega a viver próximo da caolha, sugerindo assim a mudança de bairro como forma de distanciamento.

[...] por fim recebeu uma carta em que a bela moreninha confessava consentir em ser sua mulher, se ele se separasse completamente da mãe! Vinham explicações confusas, mal alinhavadas: lembrava a mudança de bairro; ele ali era muito conhecido por filho da caolha, e bem compreendia que ela não se poderia sujeitar a ser alcunhada em breve de – nora da caolha, ou coisa semelhante!

O Antonico chorou! Não podia crer que a sua casta e gentil moreninha tivesse pensamentos tão práticos! (ALMEIDA, 2001, p. 51-52).

Além do isolamento das pessoas exteriores ao seio familiar, há também o isolamento praticado pelo próprio filho, quando esse pensa “A dizer a verdade eu havia de sujeitar minha mulher a viver em

companhia de... uma tal criatura?” (ALMEIDA, 2001, p. 52), ou seja, Antonico nega a convivência entre sua mãe e sua futura esposa. Assim, o isolamento da caolha ganhou forma quando Antonico, de maneira egoísta e cruel, “Lamentava-se por ter nascido de mulher tão feia, e resolveu procurar meio de separar-se dela; considerar-se-ia humilhado continuando sob o mesmo teto; havia de protegê-la de longe, vindo de vez em quando vê-la à noite, furtivamente...” (ALMEIDA, 2001, p. 52). Tais ações configuram o isolamento da personagem caolha, quer seja no contexto familiar quanto social, assim fica evidente que a mulher, mãe e deficiente teve o direito, de relacionar-se com outras pessoas, podado.

A violência psicológica também pode ser configurada por meio da limitação do direito de ir e vir, tal fato é vivenciado pela caolha, quando é impedida de ir à escola acompanhar o filho, conforme é afirmado no fragmento:

O Antonico pediu à mãe que o não fosse buscar à escola; e, muito vermelho, contou-lhe a causa; sempre que o viam aparecer à porta do colégio os companheiros murmuravam injúrias, piscavam os olhos para o Antonico e faziam caretas de náuseas!
A caolha suspirou e nunca mais foi buscar o filho. (ALMEIDA, 2001, p. 50).

Depreende-se que, a caolha, devido ao recebimento de um rótulo negativo relacionado à sua aparência, teve seu direito de locomoção cerceado, quer seja pela pressão da sociedade como pela fragilidade do filho.

Outra ação que se constitui como violência psicológica é o constrangimento, que se efetiva, dentre outras formas, quando a mulher é submetida à humilhação ou vergonha. No conto “A caolha”, a personagem sofre com a vergonha que seu filho sente dela, “– Embusteiro! o que você tem é vergonha de ser meu filho! Saia! Que eu também já sinto vergonha de ser mãe de semelhante ingrato!” (ALMEIDA, 2001, p. 53), também se percebe o constrangimento sofrido pela caolha no seguinte trecho: “Depois disso passou um tempo em casa, ocioso, magro, amarelo, deitado pelos cantos, dormindo às moscas, sempre zangado e sempre bocejante! Evitava sair de dia e nunca, mas nunca, acompanhava a mãe; esta poupava-o” (ALMEIDA, 2001, p. 51), assim, fica evidente que o sentimento de constrangimento é constante, em decorrência das ações do filho e da sociedade.

E, para evidenciar mais uma forma de violência psicológica, há no conto alguns trechos que apresentam a humilhação, que é um tipo de ação violenta, sofrida pela personagem. Em um desses trechos, Antonico diz: “– Limpe a cara, mãe... Ela sumiu a cabeça no avental” (ALMEIDA, 2001, p. 52), essa forma tratar o outro, nesse caso a mãe, deixa clara a situação constrangedora, tendo em vista que ao invés de usar o termo “rosto”, ele utiliza a expressão “cara”, que tem seu uso recorrente para fazer referência a animais.

Ainda exemplificando a violência praticada sob a forma de humilhação, após uma discussão, a caolha “[...] fechou com estrondo a porta, e vendo-se só, encostou-se cambaleante à parede do corredor e desabafou em soluços” (ALMEIDA, 2001, p. 53), esse trecho apresenta uma ação que a mulher, geralmente, pratica ao ser humilhada e desvalorizada.

Partindo agora para outra forma de violência contra a mulher, de acordo com a “Lei Maria da Penha”, tem-se a violência patrimonial, que é definida em seu Art. 7º:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006, p.2)

Diante do exposto e tendo em vista que uma das formas que essa violência se concretiza é por meio da privação de bens, valores ou recursos econômicos, no conto “A caolha” há trechos em que se evidenciam o cerceamento da personagem feminina no que tange a independência financeira, dentre eles podemos destacar: “Morava numa casa pequena, paga pelo filho único, [...] e dava conta de todo o serviço da casa inclusive cozinha” (ALMEIDA, 2001, p. 49) e “A velha, agachada à porta do quintal, lavava umas panelas com um trapo engordurado” (ALMEIDA, 2001, p. 52), assim, depreende-se que, a caolha vivia em um contexto de subalternidade financeira, onde qualquer possibilidade de ascensão lhe era podada em decorrência do estereótipo estabelecido pela sociedade e pelo próprio filho.

Já finalizando, a exposição acerca dos tipos de violência, a Lei nº 11.340 de 2006 estabelece “[...] a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006, p.2), e, dentre as formas que essa violência se efetiva destaca-se a ridicularização, na qual a mulher é submetida ao escárnio e ao vexame. O fragmento abaixo, extraído do texto “A caolha”, exemplifica como a personagem era vista sob a ótica da sociedade.

O seu aspecto infundia terror às crianças e repulsão aos adultos; não tanto pela sua altura e extraordinária magreza, mas porque a desgraçada tinha um defeito horrível: haviam-lhe extraído o olho esquerdo; a pálpebra descera mirrada, deixando, contudo, junto ao lacrimal, uma fístula continuamente porejante, (ALMEIDA, 2001, p. 49).

Nessa perspectiva, o conto “A caolha”, publicado pela autora Júlia Lopes de Almeida, além de possibilitar reflexões acerca da mulher deficiente e a forma que a mesma era percebida pela sociedade, serve como documento histórico uma vez que elucida diversas formas de violência contra a mulher, formas essas que, após um século, foram reconhecidas legalmente, por meio da lei conhecida como “Lei Maria da Penha”.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A literatura se faz relevante por evidenciar temáticas que carecem de reflexões, temáticas essas que se fazem presentes em diferentes espaços e tempos. Com isso, refletir a respeito das formas de violência nas quais as mulheres são expostas é urgente. Nesse contexto, esse trabalho propiciou uma reflexão a respeito das práticas de violência doméstica e familiar sofridas pela personagem, chamada de caolha, no conto “A caolha”.

O conto em questão, publicado em 1903, por Júlia Lopes de Almeida, autora vinculada às causas sociais e, principalmente, a questão da mulher, serviu de *corpus* para o desenvolvimento da reflexão

aqui proposta, uma vez que traz em seu enredo situações de violência familiar, doméstica e social sofridas pela personagem mulher deficiente.

A partir da aproximação entre o contexto literário exposto e a Lei nº **11.340/2006**, conhecida como “Lei Maria da Penha”, que cria mecanismos para oprimir a violência contra a mulher, bem como especifica as diversas formas que essa violência pode se concretizar, o presente trabalho evidenciou que a violência contra a mulher, representada na literatura e presente no contexto literal, é alvo de reflexão a mais de um século.

Sob a ótica da “Lei Maria da Penha”, são estabelecidas as seguintes formas de violência contra a mulher: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral, diante disso ao analisar a personagem caolha, elucidou-se que a mesma foi submetida a diversas formas de violência, dentre as quais se pode destacar: violência física, por meio da lesão com um objeto perfurante, o garfo enfiado no seu olho; violência psicológica, por meio do isolamento familiar e social e limitação do direito de ir e vir, quando perde a liberdade de relacionar-se com outras pessoas, além das situações de constrangimento e humilhação; a violência patrimonial, por meio da privação de bens, valores ou recursos econômicos, quando é cerceada de exercer seu direito trabalhista e fadada a fazer somente serviços caseiros sem remuneração; e, por fim, violência moral, quando é ridicularizada pelas pessoas que a cercam.

Em suma, o enredo ao evidenciar como personagem principal uma mulher com deficiência que sofre diversas formas de violência no contexto familiar, doméstico e social, violências essas reconhecidas e impugnadas por documento legal um século após a sua publicação, cumpre seu papel literário de propiciar reflexões acerca de fatos literais oriundos do contexto social, nesse caso, a reflexão tem como foco a mulher e as formas de violência por ela vivenciadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. “A caolha”. In: MORICONI, Ítalo (org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRASIL. **Lei n. 11.340/2006**. Lei Maria da Penha. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4, ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Duas Cidades / Ouro sobre azul, 2004. p. 169-191.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**: uma introdução literária. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: “Lei Maria da Penha” (Lei 11.340/2006)**, comentada artigo por artigo. 9. ed. Bahia: JusPODIVM, 2020.

DE LUCA, L. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 275–299, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634918>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

GOTLIB, Nádya Battella. **Teoria do conto**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

IMP – **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 16 jan. 2021.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: companhia da Letras, 2016.

1 Mestra em Letras Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros; Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia; Especialista em Libras com ênfase em Interpretação pela Unimontes e Docência no Ensino Superior e Psicopedagogia; Graduada em Pedagogia pela Unimontes, em Licenciatura Letras Libras e Segunda Licenciatura em Letras Português; Graduada no curso de Bacharelado em Letras Libras; Técnica em Tradução e Interpretação Libras - Língua Portuguesa – IFNMG; Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Montes Claros; Áreas de atuação: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Tradução e Interpretação do par linguístico Libras - LP, Literatura Surda, escrita de si e identidade; Membro do Grupo de Leitura no Museu – Unimontes, do Grupo de Estudos Teolinda Gersão – Unimontes e do Grupo de Estudos Discurso e Subjetividade na Educação Profissional e Tecnológica - GEDS - EPT – CEFET/MG.
E-mail: rosy.froes@yahoo.com.br

2 Doutor; Professor de Literatura Portuguesa da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; Membro permanente do PPGL - Estudos Literários; Coordenador do Grupo de Pesquisa Teolinda Gersão e do Grupo de Leitura no Museu – UNIMONTES.
E-mail: pcpomarciojean@gmail.com

3 Especialista em Pedagogia Inclusiva e Libras: Diversidade na sala de aula e Libras com ênfase em Interpretação; Mestranda em Estudos Literários – Unimontes; Graduada em Letras Libras pelo IFNMG e em Pedagogia – Unimontes; Membro do Grupo de Leitura no Museu e do Grupo de Estudos Teolinda Gersão – Unimontes.
E-mail: rosa.froes@yahoo.com.br

Recebido em: 19 de Março de 2022

Avaliado em: 6 de Outubro de 2022

Aceito em: 12 de Dezembro de 2022



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

